



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

CAROLINA SANTOS FREIRE

A VIOLÊNCIA DE CLASSE NA SOCIEDADE CAPITALISTA:
Papel da educação na formação de subjetividades revolucionárias

Salvador
2011

CAROLINA SANTOS FREIRE

A VIOLÊNCIA DE CLASSE NA SOCIEDADE CAPITALISTA:

Papel da educação na formação de subjetividades revolucionárias

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, da Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira

Salvador

2011

A VIOLÊNCIA DE CLASSE NA SOCIEDADE CAPITALISTA:

Papel da educação na formação de subjetividades revolucionárias

CAROLINA SANTOS FREIRE

Prof^a. Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira

ORIENTADOR

Prof^a. Dra. Nair Casagrande

EXAMINADOR

Prof. Dr. Cleverson Suzart

EXAMINADOR

SALVADOR – BAHIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

2011

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado forças para superar os obstáculos. Aos meus pais pela geração e formação do meu caráter. Aos amigos e professores pelo apoio e carinho insubstituíveis.

A orientadora Sandra Marinho, pela disponibilidade, acolhimento, atenção, dedicação e paciência em diminuir minhas dúvidas na elaboração deste trabalho. A minha mestra meu muito obrigado.

A todo o corpo docente do curso de pedagogia que proporcionou a ampliação dos meus conhecimentos no decorrer da vida acadêmica.

A todos que de alguma forma contribuíram na elaboração deste trabalho.

*“ A minha alma tá armada e apontada para a cara do sossego.
Pois paz sem voz, paz sem voz, não é paz é medo.
Às vezes falo com a vida, às vezes é ela quem diz,
Qual a paz que eu não quero conservar para tentar ser feliz. ”*
O Rappa

RESUMO

Esta monografia analisou as manifestações da violência nas sociedades de classe, especialmente na sociedade capitalista contemporânea e as possibilidades de construção de sujeitos revolucionários através da educação para a transformação da realidade, utilizando-se do levantamento bibliográfico como fonte de pesquisa. Entre outros autores, destacamos na análise as contribuições de Marx (1983, 1984), Engels (1981), Suchodolski (1976), Vazquez (2007), Lessa e Tonet (2008). No primeiro capítulo, buscou-se construir um quadro teórico, compreendendo as formações sociais desde as primitivas até a atualidade, focando na forma como a sociedade capitalista organiza a violência com o objetivo de manter o status quo. No segundo capítulo, analisamos como a manutenção da sociedade capitalista e suas conseqüências sociais e econômicas levam ao confronto entre os movimentos sociais e o capital, situação em que a violência é utilizada de maneira revolucionária. A partir daí, a pesquisa seguiu com o intuito de analisar a educação como possibilidade de constituição de sujeitos conscientes da sua realidade. Como resultado constatou-se que a educação, nas condições indicadas no terceiro capítulo, poder constituir agente de transformação social, através de uma práxis revolucionária que supere o sistema capitalista, possibilitando a construção de novas relações materiais como base para a constituição de sujeitos autônomos e responsáveis pela construção de uma sociedade que atenda as demandas socialistas.

Palavras-chave: Violência de classe, movimentos sociais, educação de sujeitos revolucionários.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA NAS FORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS.....	11
2.1. A violência na sociedade sem classes primitiva.....	11
2.2. A sociedade escravista e a violência dos proprietários.....	14
2.3. A sociedade feudal e a violência do clero e da nobreza.....	20
2.4. A sociedade capitalista e a violência do capital.....	2
	4
3. CONFRONTO ENTRE CAPITAL E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	31
3.1. Caráter de classe dos fenômenos sociais.....	31
3.2. Movimentos sociais no confronto com o capital: rebatimentos na educação.....	35
3.3. Uma experiência de confronto: MST e a história de luta pela educação.....	41
4. A EDUCAÇÃO CONTRA O CAPITAL: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS REVOLUCIONÁRIOS.....	46
4.1. A educação como expressão da luta de classes.....	46
4.2. A educação na formação de sujeitos revolucionários.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6. REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a violência na sociedade capitalista contemporânea, suas conseqüências, a relação com a luta travada pelos movimentos sociais e seus impactos na educação se fez presente desde que entrei em contato com a literatura de Marx, que me fez atentar para outras configurações que a violência pode ganhar numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas, como é a sociedade que vivemos, como ocorre, por exemplo, nos combates dos movimentos sociais com o capital. A partir deste contato, senti a necessidade de desvelar qual a sua relação com a educação na constituição de sujeitos independentes, comprometidos com o processo de transformação social.

Desse modo, percebi que o fenômeno da violência nas escolas e em todas as esferas da sociedade não é algo novo, ela ocorre desde as primeiras organizações sociais que conhecemos e em cada uma delas se caracterizou por um fator especial de acordo com a necessidade histórica. Vale ressaltar que a prática educativa não vem acompanhando essa demanda histórica desenvolvendo políticas educativas que não atendem aos anseios dos indivíduos sendo apenas coadjuvante em um cenário onde deveria ocupar lugar de destaque. Dessa forma precisamos ter um olhar teórico-reflexivo para a violência e seu contexto sócio-cultural como um grande e histórico processo e suas manifestações decorrentes do caráter evolutivo das sociedades.

Por fim, mediante a tudo que foi exposto, entendi a importância da educação no processo de transformação da realidade no espaço-tempo social. Assim amadurece a idéia de tentar desvelar o processo educativo como formador de sujeitos revolucionários, autônomos e conscientes da situação em que se encontram principalmente para a superação das dificuldades que surgem no desenvolvimento das organizações sociais e em especial na transição do capitalismo para o socialismo. Percebemos que muitos educadores na sua prática ainda não detêm o conhecimento adequado para promover um projeto pedagógico voltado para a realidade do educando e conseqüentemente aplicam metodologias inadequadas reproduzindo o modelo

de educação burguesa que gera o retrocesso e a estagnação na construção do conhecimento do sujeito.

Assim, a proposta é refletir acerca da educação como possibilidade de construção de sujeitos revolucionários.

Para tanto, esta pesquisa propõe-se responder os seguintes questionamentos, que serão norteadores do meu trabalho.

1- Como se apresenta a violência nas sociedades de classes, especialmente na sociedade capitalista atual?

2- Como as condições sociais e a violência da sociedade capitalista leva ao confronto entre movimentos sociais e o capital?

3- Em qual aspecto a pedagogia revolucionária, socialista, se faz presente na construção de sujeitos agentes da transformação social?

Tendo como objetivos:

- Identificar as formas de violência nas sociedades existentes e com qual desígnio se apresenta em cada uma delas.

- Desenvolver uma análise sobre a relação da violência dos confrontos dos movimentos sociais contra o capital.

- Desenvolver dentro de uma perspectiva crítica da situação vigente, ao se pretender estudar a mudança social propriamente dita, a análise da educação não apenas como um mecanismo de manutenção do status, mas também, como um instrumento de emancipação dos indivíduos, ao se articular com a práxis revolucionária, procurando torná-los sujeitos de sua própria história.

Para que pudéssemos responder tais questionamentos, optamos em realizar uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida principalmente a partir de livros e artigos científicos, mas também foram utilizados sites da internet. Para Gil (1991) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Em todo caso, o estudo a seguir se fará a partir de um método histórico-social, que possa buscar os fundamentos históricos e socioeconômicos da violência, do confronto

do trabalho contra o capital e do rebatimento da luta de classes no campo da educação. Esse método nos possibilitou formar os conceitos básicos, com os quais trabalhamos no decorrer da pesquisa.

Com isto nossa pesquisa foi pautada com os seguintes passos metodológicos:

No primeiro momento o estudo será marcado pelo:

- Levantamento de referenciais bibliográficos.

Segundo momento:

- Levantamento de dados a partir do material bibliográfico adquirido.

Este trabalho será estruturado, para além desta apresentação, em três partes, onde na primeira parte colocamos em discussão a compreensão do histórico da violência nas formações sociais econômicas subdividindo-se em sua forma primitiva, em sua forma escravista, em sua forma feudalista e em sua forma capitalista.

Na segunda parte trataremos da relação da educação com o trabalho na contemporaneidade subdividindo-se nas experiências dos movimentos sociais no confronto com o capital e seu rebatimento na educação e posteriormente descrevendo o contexto do MST e a história da luta por educação.

Na parte três, analisamos a educação como possibilidade de construção de sujeitos revolucionários.

E para concluir a nossa pesquisa nos posicionamos diante de nosso tema nas considerações finais, fazendo o confronto entre a teoria e a prática, evidenciando que nosso trabalho não encerra a discussão sobre a educação como provável constituição de sujeitos independentes, conhecedores de sua história, militantes pela transformação da sua realidade, para tanto pretendemos que seja mais uma contribuição à cerca do tema tão pouco discutido no meio educacional.

2- HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA NAS FORMAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS

Atualmente a violência é vista e sentida como um fenômeno de grande repercussão entre os membros da sociedade vigente devido o alto índice de ocorrências das mais variadas formas por intermédio da violência. Os alarmantes índices vem despertando estudiosos no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema em foco, entretanto, nada afirma a existência de equívocos em sua realidade social, as conseqüências são tomadas por causa. Esses enganos ocorrem devido à compreensão da mesma se limitar ao campo do crime, que enquanto cometidos contra a lei, revelam a violência e sua existência já que podem vir a comprometer a vida de pessoas ou de grupos.

É importante compreender os fundamentos da violência e suas várias manifestações na história da humanidade. Nessa perspectiva, para além das manifestações da violência urbana e reacionária dos órgãos do Estado nas sociedades de classes, em especial a capitalista, Engels e Marx assinalam o papel da violência na história como algo muito claro, como violência revolucionária, entendida como “(...) instrumento graças ao qual o movimento social triunfa e destrói as formas políticas esclerosadas e mortas”. (1981, p.188).

Com base nesse pensamento pode-se realçar que a luta de classe é o motor da história da humanidade, como um ato de violência não mais assentada na mera disputa física pela predominância do mais forte individualmente na luta pela sobrevivência típica das primeiras experiências anteriores, a constituição do homo sapiens. É possível nos referirmos a violência como força revolucionária, mas ligada a uma perspectiva de transformação radical da sociedade constituindo a história da luta de classe desde as sociedades escravistas até os dias atuais nas marcas do capitalismo.

2.1. A violência na sociedade sem classes primitiva

A referida pesquisa principia com a exposição das formações sociais para melhor compreender o objeto de estudo em foco. Historicamente os modos de

produção se dividiam em primitivo, modo de produção asiático, escravista, feudalista e capitalista. Em se tratando das sociedades primitivas em sua singularidade, são formações baseadas na apropriação comunal, não havendo classe, Estado nem política, entretanto a ausência de política e Estado não implica na falta de coordenação e organização. Apesar dos métodos nessa organização ainda se apresentarem de forma rudimentar, era possível a coleta de alimentos como vegetais e animais pequenos, destinados a alimentação e ainda assim a natureza não fornecia o suficiente para todos forçando o surgimento da primeira forma humana de organização social, pequenos bandos migratórios de um lugar para o outro em busca de comida.

Dentro desses grupos destaca-se a presença do líder primitivo entre os demais. Esse “chefe” não tomava decisões sozinho, tinha como direito, ou melhor, como função ser porta-voz do desejo e da vontade dos outros tanto para seus amigos quanto para seus inimigos, com os primeiros, seu papel é de estabelecer e reforçar as relações de aliança, com os inimigos levar a guerra, proclamada quando o grupo queira que seja assim. Para ser líder, é preciso obter qualidades que garantam à segurança da comunidade, a coragem, a disposição para guerra que assegure uma defesa eficiente e para isso precisa ganhar a confiança desses povos. Para Engels as sociedades primitivas é nada mais que

(...) a infância, a da humanidade primeira idade da evolução, e, como tais, incompletas, inacabadas, destinadas, portanto a crescer, a tornar-se adultas, a passar do apolítico ao político”. (CLASTRES, 2004, p, 104).

Como não existia Estado, nem leis, mas existia a autoridade incorporada à função do líder, os costumes e as tradições eram suficientes para garantir o funcionamento da mesma. A violência começa a ganhar espaço na medida em que os interesses divergem, os rituais tradicionais perdem o controle gerando desacordos e conflitos diante de sentimentos antagônicos, inconciliáveis entre os membros da organização. A guerra nas sociedades primitivas segundo Pierre Clastres assume as seguintes características: “O discurso sobre a guerra nessas sociedades se desenvolve segundo três grandes direções: há um discurso naturalista, um discurso economista e um discurso relativo à troca.” (2004, p. 163).

Com base no discurso naturalista a violência não é sem causa nem finalidade, ela está sempre ligada a um objetivo, como técnica desenvolvida fundamentalmente para a aquisição, no primitivo ligado a caça, confundindo a agressão e a aquisição alimentar. Dessa forma, a violência determina-se no discurso naturalista com o instinto do homem de garantir a subsistência, de sobreviver. Segundo o discurso economista a guerra se identifica nas técnicas de agressividade: caçar, já que no exercício dessa atividade os guerreiros se beneficiavam da utilização da força armada.

Entre a caça e seu análogo, a guerra, uma sutil assimilação se estabelece progressivamente, à medida que ambas se concentram numa classe que nasceu da nova economia, a dos homens das armas. Os caçadores tornam-se aos poucos guerreiros que, detentores da força armada, possuem desde então os meios de exercer em seu proveito o poder político sobre o resto da comunidade. (CLASTRES, 1980, p. 164)

Trata-se a caça como a forma de sobrevivência do homem primitivo, portanto, a economia praticante na sociedade primitiva, a luta para viver já que nesse espaço não existe o bastante para todo mundo. Na óptica do discurso relativo às trocas a guerra é compreendida nas sociedades primitivas como as relações entre as comunidades, dependem do fracasso ou do sucesso das trocas comerciais resultando em guerra ou paz.

As trocas comerciais representam guerras potenciais pacificamente resolvidas, e as guerras são o resultado de transações mal-sucedidas. A sociedade primitiva é o espaço da troca e é também o lugar da violência: a guerra, tanto quanto a troca, pertence ao ser social primitivo. (STRAUSS, 1941, p. 136)

Com o tempo esses grupos começam a produzir ferramentas e técnicas mais eficazes com o escopo de tornar o ambiente melhor para viver, inicia o processo de evolução nessa sociedade onde todos trabalhavam e consumiam produto do trabalho, dessa forma, não havia antes a necessidade de exploração do homem pelo homem. Segundo Marx essa evolução deu origem a primeira revolução na capacidade humana de transformar a natureza: a descoberta da semente e da criação de animais começavam a produzir a mais

do que precisavam, o ponto de partida da produção excedente sendo possível a partir de então a exploração do homem pelo homem, portanto, a existência das classes sociais.

Devemos então pensar as sociedades primitivas não como sociedades sem escrita, sem Estado, e sim suas potencialidades de guerra, contra a dominação de um ser sobre o outro. Nelas, mesmo havendo divergências entre os seus indivíduos, o objetivo, o interesse culminava em um único objetivo: assegurar a sobrevivência de si mesmo e também do bando que integravam. Em um mesmo modo de produção podemos conviver com várias formações econômicas, isso porque, o desenvolvimento histórico ocorreu de forma desigual, enquanto em determinados lugares já havia a predominância do modo de produção capitalista, em outros ainda prevaleciam às relações primitivas ou escravistas e vice-versa.

Em suma, as sociedades primitivas se caracterizam pelo pequeno e lento desenvolvimento das forças produtivas. A degradação da sociedade primitiva pelo desenvolvimento de contradições sociais, em face da descoberta da agricultura e criação de animais, portanto, do aparecimento das primeiras formas de propriedade privada, deu origem a dois novos modos de produção social: o asiático¹ e o escravista baseado na exploração do homem pelo homem.

2.2. A sociedade escravista e a violência dos proprietários

Com a descoberta da agricultura e da pecuária e o surgimento do excedente econômico, tornou-se lucrativa a exploração do homem pelo homem. Os homens passam a se dividir em classes sociais antagônicas, em duas, aqueles que trabalhavam e os que se apropriavam do fruto desse

¹Modo de produção asiático: Teve início em 2.500 a.C., na Idade Antiga (antiguidade), caracteriza os primeiros Estados surgidos na Ásia Oriental, Índia, China e Egito. A agricultura, base da economia desses Estados, era praticada por comunidades de camponeses presos a terra, que não podiam abandonar seu local de trabalho e viviam submetidos a um regime de trabalho compulsório. Na verdade, esses camponeses (ou aldeões) tinham acesso à coletividade das terras de sua comunidade, ou seja, pelo fato de pertencerem a tal comunidade eles tinham o direito e o dever de cultivar as terras desta.

trabalho. Nesse contexto, trago neste capítulo elementos que caracterizam e ajudam a compreender o objeto de estudo em foco nas formações sociais escravistas. A sociedade escravocrata foi palco de agudos conflitos sociais e políticos entre Estados e no seio dos mesmos.

A escravidão se traduz a toda prática social na qual pessoas pertencentes à classe de proprietários tomam posse sobre outras, tornando-o escravo numa relação mediada pela força. Em suma, a escravidão é uma forma jurídica de propriedade que dá ao dono certos direitos sobre a pessoa subordinada as relações sociopolíticas do modo de produção escravista, portanto a escravidão é uma forma de dominação política, fundada em relações econômico-sociais de classe. Ao longo da história a prática escravista ocorreu de diferentes formas e por diversas civilizações como os Gregos, Egípcios, Hebreus, entre outros, portanto, a escravidão foi uma forma de Instituição, com uma forma jurídica organizada.

Adotamos o exemplo do exercício da escravidão na Antiguidade. De forma geral, o sistema se estabelece na medida em que povos com interesses diferentes combatiam, gerando como resultado os prisioneiros de guerra. A situação era aceita e logo se tornou essencial para a economia das sociedades antigas. Em algumas sociedades, os escravos eram tidos como mercadorias podendo ser vendidos, trocados ou dados, não tendo nenhum direito pessoal. Porém, em sociedades nas quais o fundamento da escravidão era baseado na conquista de territórios, esses escravos pertenciam ao Estado não podendo ser comercializados, como os escravos Espartanos, considerados escravos de combate.

Posteriormente, a ruína dos pequenos camponeses e proprietários, levavam-nos à condição de escravidão por dívidas. Na Grécia Antiga, o trabalho escravo ocorria nas mais variadas funções podendo ser o trabalho no campo, nas minas, como arqueiros da cidade, remadores de barco, artesãos, etc. Já o Império Romano era praticamente em sua totalidade constituído por ex-escravos, visto que o objetivo dessa civilização era expandir suas riquezas através da obtenção de novos territórios, o que conseqüentemente fornecia escravos em maior quantidade.

O aumento do número de escravos acaba se tornando um problema para a sociedade, isso porque em maior quantidade os escravos apresentavam perigo aos senhores caso viessem a se revoltar, não havia senhores e soldados romanos suficientes para enfrentá-los e manter a forma social escravista.

Por esse motivo os senhores contrataram soldados para se protegerem de possíveis revoltas, entretanto, esses soldados geravam custos muito altos para apenas um senhor administrar sendo necessária a contribuição de cada senhor a fim de manter os exércitos, dando origem ao aumento da cobrança de impostos.

Para isso contratavam pessoas que deveriam recolher todo ano a contribuição de cada um, garantindo que ninguém passaria a perna nos outros; e também que deveriam administrar esse dinheiro de modo a manter os exércitos. Essa contribuição anual é o "imposto" e essas pessoas contratadas os funcionários públicos. E, para regular as relações entre os senhores e os escravos surgiu o Direito. O conjunto de funcionários públicos, somados aos instrumentos de repressão dos escravos (exército, polícia prisões, etc.) e ao Direito é o Estado. (LESSA e TONET, 2008, p. 60)

Portanto, é a partir da desagregação das antigas sociedades primitivas, antes baseadas na propriedade, produção e distribuição coletivas, que deu origem a diversas civilizações fundadas na propriedade privadas dos meios de produção, entre elas a Grécia e a Roma antigas, que se deu o surgimento do Estado antigo, um órgão destacado da sociedade, que tem por função social essencial manter os trabalhadores em submissão, reprimindo suas revoltas.

O crescimento da quantidade de escravos por senhor acelerou os custos da despesa com o exército, sendo os recursos provenientes de impostos e da exploração dos escravos, gradativamente insuficientes para efetuar o pagamento de soldados e do corpo de servidores do Estado, levando o sistema feudal a entrar em crise e colapso. Os conflitos entre os patrícios e plebeus, escravos e senhores movimento um conjunto de explorados contra a administração romana e incentivam a manifestação de movimentos por parte dos escravos contra o sistema escravagista.

O ponto mais culminante deu-se através da revolta dos Spartacus (73-71 a.C.), revolução liderada por um escravo, ex-gladiador, que juntamente com outros escravos lutaram contra os maus tratos que sofriam, considerada uma luta dos oprimidos pela liberdade, dando início à primeira revolução em uma sociedade fundamentada no escravismo. Enquanto a violência do Estado e dos senhores de escravos romanos era um instrumento reacionário a serviço da manutenção de uma sociedade baseada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem, a violência presente na autodefesa e na revolta dos escravos romanos era uma medida progressiva de luta contra o status quo.

Aqui é preciso diferenciar claramente o fenômeno da escravidão nas sociedades antigas de outras formas de escravidão observadas em outras latitudes, como na América. Nas civilizações pré-colombianas (Astecas, Maia e Incas) a presença do escravo se dava por questões econômicas, não se tratava de uma condição permanente, podiam mudar de classe e geralmente só se tornavam escravos devido as dívidas que possuíam, quitando-as, deixavam a condição de escravo e ganhavam a oportunidade de ascensão social.

Em se tratando do Brasil, a escravidão se projetou com a chegada dos portugueses, escravizando índios e negros. Os negros eram retirados brutalmente do continente africano e trazidos para o Brasil por meio do tráfico negreiro. Eram comercializados como mercadorias, no estilo dos produtos oriundos do trabalho, nos mercados de escravos, adquiridos pelos senhores e mantidos nas senzalas. O escravo indígena reagiu ao cativo pela revolta e muitos se submeteram ao alcoolismo dificultando a organização de uma economia voltada para a acumulação de bens. A escravidão indígena significou também a destruição física e cultural desses povos:

Estes selvagens não fazem distinção entre o que é meu e o que é seu, e podemos dizer que o que pertence a alguém, também pertence a um outro..somente os cristãos que vivem nas nossas cidades utilizam o dinheiro. Os outros não o tocam. Eles o chamam de "serpente dos franceses", e dizem que entre nós a gente rouba, calunia, trai e vende-se um ao outro por dinheiro... consideram estranho que alguém possa ter mais bens que um outro, e que aqueles que possuem mais sejam menos. Eles

nunca brigam nem lutam entre si, nem roubam uns aos outros, nem se caluniam. (REED, 2008, p: 39).

Na medida em que a escravidão indígena se torna inviável, o tráfico negreiro ganha espaço, disponibilizando o negro como mão-de-obra barata para o trabalho nas lavouras e plantações de cana de açúcar, visando extrair o máximo da capacidade da produção do negro, tornando-o uma fonte altamente rentável para seus donos.

Em meados do século XIX vemos evidenciado um processo de “coisificação” do escravo, em que o escravizado era reduzido à condição de coisa, objeto de domínio e propriedade de outro, sem direitos e nenhuma representação. Nessa perspectiva, o negro era visto apenas como indivíduo receptor de valores e normas dos senhores.

Se o negro traz algo de positivo isso anulou-se, deturpou-se em quase tudo. (...) o trabalho cativo não lhe acrescentara elementos morais; pelo contrário, degradá-ló-á, eliminado nele até mesmo o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo. (PRADO, 1953, p.269.).

Os escravos reagiam a sua humilhante condição através de revoltas, seja cometendo crimes contra o senhor e seus serviçais, seja pondo-se em fuga do cativeiro e construindo Quilombos. A relação entre senhores e cativos é caracterizada por uma mediação de forças, em que de um lado estão os grandes senhores de engenho reforçando a exploração, o racismo, o processo de desumanização. Já para os escravos, tal tratamento servia como um dispositivo que acendia a resistência, a luta para conquistar direitos e espaço para formar livremente suas famílias, praticar seus cultos religiosos, etc.. Diferentemente ao que lhes foi imposto por uma classe social superior e excludente, os escravos não permaneceram na passividade, ao contrário, incorporaram a resistência dia-a-dia com estratégias para garantir autonomia. Dessa forma, para o escravo:

Resistir significa a utilização estratégica das normas sociais, a valorização de microscópios e altamente significativos gestos e comportamentos, que não só tornavam a estúpida realidade do cativo suportável, como contribuíam decisivamente para a corrosão desse sistema. (MOREIRA, 2005, p. 230)

Nesse contexto de resistência, a rebeldia é o pólo de reação e negação da condição estabelecida. Torna-se o escravo então, sujeito histórico, resistente, conquistador de autonomia em busca da liberdade. Pela violência, os proprietários de escravos no Brasil mantiveram o sistema escravista por quase 400 anos. Na análise do fenômeno da escravidão no Brasil, encontram-se desde aqueles que a refletiram a partir de um ponto de vista crítico, até obras, como Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre que nos remete a idéia de um período escravista que trouxe benefícios a sociedade brasileira ao propiciar a mestiçagem dos povos, o que diminuía a distância entre a casa grande e a senzala e também observar o tratamento recebido pelos escravos ao relatar o tamanho da crueldade da ação do colonizador no Brasil.

Dentro das grandes revoltas contra o sistema escravista vigente no Brasil, não podemos deixar de mencionar Zumbi como retrato da insatisfação diante dos maus tratos sofridos pelos negros. A formação do quilombo para onde iam os negros fugidos, foi à objetivação de um desejo coletivo, na liberdade que não tinham direito de exercer enquanto cativos. Aqui na Bahia, adotamos como exemplo de negação do negro como objeto incapaz de raciocínio, de ser não pensante, a revolta dos malês em 1835, organizada e composta por negros mulçumanos em busca da liberdade e fim da escravidão, tendo sido porém surpreendidos e derrotados pela ação de soldados fortemente armados a serviço dos proprietários de terra e do governo.

Depois de inúmeras rebeliões, fugas e revoltas, da formação de quilombos, os negros passam a conquistar formalmente autonomia a partir da proibição do tráfico negreiro, do fortalecimento de movimentos abolicionistas, das novas Leis em vigor como a do ventre livre e do sexagenário, do crescimento da imigração e principalmente das pressões oriundas da Inglaterra que já vinha implantado e espalhando a adoção do modo capitalista aos países que ainda mantinham o sistema escravista como modo de produção. O Brasil

era o único país no Ocidente que ainda permanecia com o sistema escravista legalizado, o que não atendia aos interesses da superpotência Inglesa e seu modo de produção capitalista já instalado na maioria dos países. A pressão inglesa forçou o fim da escravidão para que libertos e assalariados, os escravos possuísem condições financeiras para adquirir os produtos em comercialização.

Portanto, a escravidão colonial no Brasil se deu como processo de acumulação de riquezas na metrópole portuguesa, como parte da acumulação primitiva de capital na Europa entre os séculos XVI e XIX. Vale ressaltar que a escravidão veio ao Brasil através da expansão do capitalismo comercial europeu, que significa dizer que o nosso país desde o início se encontrava muito atrás dos países que já adotavam o capitalismo como essência econômica. Sendo assim, com o desenvolvimento do capitalismo industrial e a necessidade de expandir os mercados capitalistas de consumidores em todo o mundo, tornar-se a escravidão incompatível com os interesses reinantes no final do século XIX de expansão das relações sociais capitalistas, forçando a adoção da mão-de-obra assalariada.

Com as sociedades escravistas antigas, observamos então uma sociedade onde o direito a liberdade era totalmente privado, a violência está implicada a essa privação, de exercer suas vidas da maneira em que melhor lhe convém. Com a crise do escravismo, abriu-se um longo processo, que durou séculos, de transição para um novo modo de produção, o feudalismo do qual iremos retratar no tópico seguinte.

2.3. A sociedade feudal e a violência do clero e da nobreza

Com a queda do Império Romano do Ocidente nos meados do século V e o longo processo que se seguiu a ela, descortinou-se um novo sistema econômico, político e social, o qual iremos abordar nesse ponto, enfatizando as características desse modo de produção e sua ligação com o objeto de estudo em foco, qual seja, o feudalismo. Caracteriza-se o feudalismo como a organização predominante na Europa na Idade Média, ou melhor, um modo de

produção estruturado em feudos, nos quais o senhor feudal detinha o poder sobre as terras e o excedente do trabalho dos camponeses que trabalhavam nessas terras.

Seu surgimento se deu a partir do declínio do Império Romano que passava por uma crise econômica e constantes ataques germânicos, chamados pelos romanos de povos bárbaros. Com o fim do império romano os grandes senhores de terras refugiaram-se nos seus latifúndios no campo, denominados de feudos, passando a desenvolver uma economia de subsistência, desenvolvida pelo trabalho dos camponeses. Homens romanos de menos posse iam para o campo em busca de trabalho sendo obrigados a ceder ao proprietário da terra parte do que produziam para o seu consumo, relação essa denominada por colonato.

Os escravos que ainda existiam foram utilizados nas vilas, mas com o tempo tornou-se mais rendoso libertá-los e aproveitá-los no colonato, sendo que aos poucos as vilas romanas ganhavam autonomia, descentralizando o poder político. Cada feudo era composto por um castelo, onde morava o senhor feudal e sua família, e a vila, onde moravam os servos e de uma casa paroquial. Por se tratar de uma sociedade estamental não havia mobilidade de classes, a posse de terra era uma determinação de riqueza, autoridade e poder. A cultura feudal era voltada ao teocentrismo, isto é à visão teológica de mundo, em que os nobres e o clero justificavam as relações de poder e sua influência político-econômica, ao mesmo tempo em que condenavam a usura, sendo a economia organizada por atividades agropastoris.

Os senhores feudais se orgulhavam da vida de prestígio que levavam, se dedicavam a caça e as batalhas por conquista de mais feudos, enquanto isso os servos passavam o dia inteiro trabalhando nas colheitas sem tempo disponível para a família e para si mesmo e aproveitamento da colheita, fruto do seu próprio trabalho, cedendo ao senhor de terra o excedente do seu trabalho na forma de corvéia. Essa relação se modificou com o tempo, sendo que a medida em que as relações mercantis penetravam o campo, a corvéia ia sendo substituída pelo excedente na forma de produtos ou de dinheiro. Com o tempo, o trabalho no campo começa a perder espaço devido ao grande número de terras que se tornavam improdutivas pelo desgaste do solo.

(...) quase sem nenhuma terras por arrotear, cheios de trabalhadores e cobertos de searas, os campos da Europa estavam realmente, no limiar do século XIV, superpovoados e sobrecarregados por um número cada vez maior de camponeses famintos (...). Primeiro sintoma: em 1258, a península que se abateu sobre a Inglaterra assumia o aspecto da fome. Em 1309-1311, os campos da Alemanha sofreram uma carência de víveres muito mais cruel. O tempo das dificuldades começava. (DUBY, 1962, p. 154)

Esses fatores em conjunto formavam o modo de vida feudalista, mas também criaram as condições para o declínio desse sistema: a fome, a peste e as guerras. A escassez agrícola propiciou um longo período de desastre para a economia feudal, além de disseminar inúmeras doenças ligadas a carências de alimentos. As cidades que tiveram maior crescimento demográfico concentraram maior número de enfermos por doenças como tuberculose e lepra, porém a mais marcante foi a Peste Negra, doença advinda de ratos que assolou toda a Europa e juntamente com a desnutrição foram responsáveis por um número expressivo de mortes no período em que atuou. Impulsionados pela crise, as classes dominantes feudais recorriam ao clássico momento de instabilidade para iniciar as guerras. Os combates do período muitas vezes contribuía para as soluções armadas, a mais importante delas foi a guerra dos cem anos entre a França e a Alemanha. O conflito aqui não era mais pelo Senhor, a motivação era o sentimento patriota já que se lutava pelo reino, alguns autores chegam a se referir a guerra dos cem anos como a primeira grande guerra nacionalista.

(...) é evidente que o sentimento "nacional" dos séculos XIV e XV é muito diferente dos nossos sentimentos nacionais. Ele se forma através de um nome comum, de um príncipe comum, de interesses comuns, de uma língua comum, da consciência de uma origem comum, do orgulho de uma história comum e de uma religião comum'(GUENÉE, 1981, p. 110)

Entretanto, nenhum desses fatores marcou tanto esse período quanto a instituição religiosa, a Igreja Católica Apostólica Romana, que exerceu uma grande influência sobre a população medieval que ultrapassava as questões religiosas e espirituais. Tornou-se o maior "senhor feudal", proprietária de terras e de riquezas doadas pelos reis, atuava em todos os setores: econômico,

pedagógico, político e mental, tornando-se o principal centro irradiador da cultura na Idade Média. A igreja possuía também grandes rendimentos advindos de dízimos e condenava o empréstimo de dinheiro a juros. O papa era o chefe maior da igreja e tido como representante direto de Deus na terra como podemos observar no pronunciamento do papa Inocêncio III:

Deus, criador do mundo, pôs no firmamento dois grandes astros para o iluminar: o Sol que preside ao dia, e a Lua que preside à noite. Do mesmo modo, no firmamento da Igreja universal instituiu Ele duas altas dignidades: o Papado, que reina sobre as almas, e a Realeza, que domina os corpos. “Mas o primeiro é muito superior ao segundo”. (FREITAS, 1975, p. 204).

Dessa forma, o poder e a palavra do papa eram fatores incontestáveis. O pensamento Greco-romano, o antropocentrismo, em que o homem é a medida de todas as coisas, é totalmente substituído pelo teocentrismo, pela inabalável fé em Deus, todas as explicações estavam na fé, a religião agora pautava a vida dos homens através do sacramento (batismo, matrimônio e extrema-unção), o ser humano medieval está nas mãos de Deus e do Papa, como representante de Deus na terra, atemorizado pela condenação, submetia-se às penas e ameaças de caráter religioso impostas pela igreja (e caso não se submetesse, poderia ser excomungado).

Esse período foi marcado pela violência dos senhores feudais, da nobreza e do clero, pela utilização da forma de consciência religiosa como pressão cultural-social sobre os indivíduos para que se submetessem às normas da sociedade feudal. Uma sociedade marcada pela coerção social, por uma verdadeira “lavagem cerebral” que não dava direito ao homem pensar senão da forma imposta por esse sistema, se submetendo às regras de comportamento e pensamento que passam distantes dos seus instintos naturais.

Nesse contexto de dominação e alienação religiosa, as cruzadas ganham espaço, e, em nome de Cristo, a igreja recrutava soldados em movimento com direção à Terra Santa com o intuito de conquistá-la, ocupá-la e mantê-la sob domínio cristão, ou seja, punha-se em prática o ideal de anexar mais territórios sob o domínio da Igreja. Distinguidos pela cruz aposta a suas

roupas, as Cruzadas eram também uma peregrinação, uma forma de pagamento a alguma promessa, uma forma de pedir alguma graça, e era considerada uma penitência ou de garantir um lugar no céu já que corria a crença de que o fim dos tempos estava próximo.

Contudo, no século XI, inicia-se um novo processo na Europa. Muitas cidades européias tornaram-se livres do domínio dos senhores feudais. Essas cidades chamavam-se burgos. Os burgueses (habitantes dos burgos) recebiam o apoio dos reis, que tiveram seu poder enfraquecido pelo sistema feudal. O surgimento dos burgos desencadeou um renascimento do comércio e um aumento da circulação monetária, trazendo uma revalorização da importância social das cidades, e um aumento da população urbana. Com a expansão do comércio e o surgimento de novas oportunidades de trabalho, houve uma atração dos servos para as cidades, minando o sistema feudal, abrindo caminho para uma nova era: o capitalismo.

A passagem do feudalismo para o capitalismo foi extremamente trágica para as massas populares, pois acarretou, pela violência, o chamado “cercamento das terras”, isto é, a expulsão de camponeses das terras, que passaram a ser utilizadas para pastagem de gado, e, conseqüentemente, a imposição do assalariamento nas grandes cidades. O desenvolvimento do capitalismo, desde a sua forma comercial até a grande indústria, forneceu contraditoriamente ao proletariado a possibilidade histórica e objetiva da sua libertação. O aproveitamento destas possibilidades devia servir, entre outras coisas, para a formação da consciência dos operários.

2.4. A sociedade capitalista e a violência do capital

A ordem capitalista foi gerada nos fins do sistema feudal, em particular, na Inglaterra, se desenvolvendo pelo mundo e destituindo os outros modos de produção. Com o fracasso dos feudos, seu isolamento foi quebrado levando à formação de uma nova ordem que se organizava sob a égide dos interesses da burguesia comercial. Para que as relações capitalistas pudessem se instituir era necessário a destruição do sistema feudal, sua consolidação envolveu dois

pólos de transformação: o primeiro, os produtores e suas condições de sobrevivência e segundo, a formação das grandes indústrias a partir das formas econômicas antecessoras.

Esse processo retirou milhares de camponeses do campo, separando suas condições objetivas de trabalho e subsistência, em paralelo, os antigos proprietários rurais e comerciantes foram se tornando, ao longo dos séculos, proprietários capitalistas, já que empregavam mão-de-obra assalariada. Marx resume o processo:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a industrial urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (1984, p, 275).

A libertação dos trabalhadores rurais transformou os bens de subsistência em elementos do capital, dessa forma, como grande parte da população já não produzia seus alimentos era necessário adquiri-los no mercado, forçando os trabalhadores rurais a migrarem para as cidades em busca de trabalho. A burguesia se utilizava do poder do Estado a fim de regular um salário do qual é possível a extração da mais-valia e a ampliação da jornada de trabalho. Dá-se então a transformação do capital usuário e comercial em industrial. Ainda para Marx:

O sistema capitalista não é uma evolução natural da economia feudal que amadureceu primeiramente na Inglaterra, mas sim o produto de uma mudança não espontânea na base de reprodução material da sociedade. (1984, p. 287)

Em outras palavras, a luta de diferentes classes econômicas, que se colocavam contrárias ou a serviço das novas relações econômicas mercantis, levava a transformações profundas nas condições de reprodução material, modificando a produção, que se refletia na disputa pelo poder do Estado entre

a burguesia, nobreza e clero. Isto posto, significa que as transformações sociais só podem ocorrer como consequência da luta de classes, sob determinadas condições reais da produção material. Os trabalhadores “livres” foram coagidos e “educados” visto que as legislações Inglesas e Francesas dos séculos XVI, XVII e XVIII continham medidas que visavam punir os pobres que não trabalhavam, forçando-os a se adequar as novas exigências da industrialização, naturalizando tais condições.

(...) a evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (MARX, 1984, p.277).

Essa naturalização esconde a violência das relações capitalistas. A questão marcante dessas relações é quando os indivíduos se relacionavam antes com as condições objetivas do trabalho, com o proprietário ou coproprietário e a partir daí o trabalhador livre entra no mercado como vendedor da sua força de trabalho, traduzindo a violência externa ao modo de produção capitalista e confinada e imposta pelo Estado que sustenta esse sistema, de modo que “O capitalismo, todo o tempo, à medida que vai se renovando e reproduzindo em escala ampliada, necessita da violência ” (KOHAN, s.d., p.250), já que precisa da violência do Estado onde se concentra os poderes de coerção da sociedade moderna, que não atende as necessidades básicas daqueles que vendem sua força de trabalho como garantia de subsistência.

Tido como o primeiro modo de produção que se expande para todo o globo terrestre, o capitalismo implica também numa relação de poder, de confronto de classes, em guerra. A violência se manifesta no capitalismo desde o processo de sua formação, com a denominada “acumulação primitiva do capital” até às suas formas mais avançadas na atual etapa do capitalismo monopolista. No período de sua gênese, a violência se manifesta da seguinte forma:

Todavia, Marx – após ter analisado sistematicamente o mundo do capitalismo em sua necessidade e compacticidade econômica rigidamente

determinada por leis – expõe num capítulo particular a sua gênese histórica (ontológica) a chamada acumulação primitiva, uma cadeia secular dos atos de violência extra-econômicos, somente mediante os quais foi possível a criação de condições históricas que fizeram da força de trabalho aquela mercadoria específica que constitui a base das leis teóricas da economia do capitalismo. (LUKÁCS, 1979, p.121)

Mas no capitalismo, a burguesia, como classe dominante, necessita não apenas da violência, como monopólio do Estado, mas também de um instrumento tanto importante como ela, a ideologia e as instituições político-jurídicas. Mas de maneira nenhuma pode prescindir, em última instância, do instrumento da violência organizada pelo Estado e governos na forma da manutenção de exércitos, polícia, cárceres e tribunais, que interpretam e aplicam a lei e a coação. Quando as massas de trabalhadores e desempregados desbordam do controle dos governos e Estados, faz-se uso da polícia e, em caso desta não ser suficiente, do exército para evitar que as condições de dominação da burguesia, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, possam ser questionadas e superadas.

Dessa forma, percebe-se que a violência acompanha a organização da sociedade contemporânea, centrada nos órgãos dos governos e Estados por todo o mundo, sendo necessária para garantir a ordem e proteger os direitos de propriedade inscritos nas leis e constituições, protegendo as condições para o desenvolvimento direto das forças econômicas.

De uma perspectiva histórica mais ampla, pode-se dizer que a violência é uma função decisiva na história das forças produtivas e das sociedades classistas, desde a escravidão e a servidão nos feudos até o sistema capitalista mais moderna, quando existe a obrigação de se produzir mais do que o necessário à sua subsistência, o chamado excedente econômico, até a separação do produto e meio de produção dos produtores diretos (os trabalhadores assalariados) e a estipulação de uma jornada de trabalho desumana empregada no sistema capitalista para produzir o lucro da burguesia, na forma de mais-valia.

As sociedades divididas em classes sociais estiveram regidas pela violência desde o início, e na atual sociedade de classe capitalista, favorece a sua continuidade, na medida em que é utilizada como instrumento reacionário

para manter as condições de dominação burguesas e para criminalizar os movimentos sociais. É verdade que a classe dominante não mantém sua dominação apenas pela violência organizada, mas também pela dominação ideológico-política. É preciso reconhecer que esse fator esteve presente em todo desenvolvimento histórico, disfarçada ou abertamente. Dessa forma, qual o papel que a violência desempenha na atividade prática do homem que busca transformar sua realidade social?

A experiência do passado demonstra que nas sociedades divididas em classes antagônicas as grandes mudanças sociais que implicaram uma verdadeira transformação revolucionária da sociedade nunca puderam prescindir da violência. A julgar pelo exemplo das revoluções inglesa do século XVII, francesa e norte-americana, do séc. XVIII, mexicana, russa, chinesa e cubana, do XX, às quais se deveria acrescentar as guerras de independência nacional dos povos latino-americanos, do séc. XIX e os movimentos de libertação nacional dos povos asiáticos e africanos, do séc. XX. (VÁSQUEZ, 2007, p. 378)

Podemos afirmar então que todas essas revoluções acima não surgiram do nada, elas só existiram através de indivíduos descontentes com a situação em que se encontravam vendo a partir da revolução condições de criar novas relações sociais.

Em suma, vivemos em uma sociedade de classes, bem como todas as que antecederam a nossa, com exceção da sociedade primitiva, envolvendo constantes lutas entre as classes fundamentais dessas sociedades, fruto de interesses econômicos diversos. Os dominantes impõem e asseguram sua dominação pela violência reacionária. Assim ocorreu nas sociedades escravagistas, tornando inconciliáveis os interesses entre proprietários de terra e escravos na antiguidade grega e romana, na contradição entre senhor feudal e servos em pleno feudalismo, e hoje com o capitalismo na contradição de interesses materiais entre burgueses e proletariado.

O que temos em comum nessas sociedades? O Estado, como estrutura de garantia das relações de produção baseadas na exploração do homem pelo homem, o que só poderia ser feito através da violência, da repressão. Trata-se de uma estrutura das classes dominantes para repressão da classe dominada, realizada principalmente pela forças armadas e pela polícia. O estado surgiu

das contradições materiais na formação das sociedades de classes e será mantido em sua forma dominante enquanto existirem diferenças econômico-sociais entre os indivíduos, isto é, enquanto existam classes sociais e a luta entre elas, em torno do excedente econômico, produzido pela força de trabalho humana, apropriado de maneira privada por uma determinada parcela da sociedade, em detrimento da ampla maioria da população.

Ainda no século XIX, os trabalhadores começaram a aparecer na cena histórico-política, a partir das revoluções de 1848 na Europa. É também nesse contexto em que se formam as suas organizações econômicas e políticas (associações, sindicatos e partidos). Em 1871 ocorreu a primeira revolução operária em Paris, na França, que passou para a história pelo nome de Comuna de Paris. No séc. XX revoluções se desenvolveram mediante a violência revolucionária. Apesar dessa situação ser mais visível nas sociedades feudais e escravistas, o Estado atual burguês cumpre seu papel de exploração sobre o trabalhador assalariado, a violência aqui é gerada pela fome, miséria, falta de moradia, desemprego, enfim, da negação das necessidades básicas do homem. Quando a população se revolta, se organiza e luta é vítima da intervenção do Estado como nas greves, vistas como vandalismo.

Segundo Marx, "A violência revolucionária é a parteira das grandes transformações sociais" (1984, p. 703.). Em toda a história das sociedades de classes, as classes dominadas só conseguiram derrubar as classes dominantes através da violência revolucionária e não por procedimentos políticos aceitos e regulados pelo Estado dos dominadores. O grau de violência foi em todo caso função da resistência dos opressores, que desejavam se manter a frente da economia, da política e do Estado. Exemplos temos, como já vimos, desde a Idade Antiga, em Roma, quando os escravos através de inúmeras revoltas colocaram em risco o domínio dos proprietários de terras romanos. A burguesia pôs fim a todo sistema político vigente na sociedade feudal instaurando a sociedade capitalista utilizando-se também da violência revolucionária, como ocorreu com as Revoluções Democrático-Burguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

A pergunta indispensável que se faz nesse momento vem a ser sobre a violência e o meio social, qual o papel na práxis social? Trata-se a práxis aqui

como atos de um ser humano sobre o outro ou como resultado de uma estrutura humana com o objetivo de mudar a ordem em vigor. Assume assim a práxis social forma de atividade prática revolucionária gerando a superação de uma realidade social para criar ou instalar uma nova organização social. Portanto, a possibilidade de existência da violência não está resumida a resposta dada a uma violência real, ao ato, sua presença já está consumada desde a organização e estruturação disposta a realizar medidas que atendam às necessidades da classe dominante na manutenção de sua ordem social, política e econômica e nas conseqüências dessa violência organizada na vida de bilhões de indivíduos na atualidade.

O Estado se utiliza das duas formas de violência, tanto a violência em ato ao exigir seu caráter de dominação sobre outra classe, quanto a potencial já que é o órgão que assegura essa dominação contra as possibilidades inscritas socialmente de colocar em risco a sua forma de dominação econômico-política. Na sociedade atual, a violência não só aparece em sua forma direta de uma violência do Estado contra os atos que desbordam dos comportamentos exigidos pelo direito burguês, mas e principalmente como uma violência de caráter explorador desencadeando na miséria, na fome, uma violência silenciosa que tem conseqüências muito mais drásticas que a violência ruidosa provocada pelo Estado para mascarar seu poder de alienação.

Na parte seguinte analisaremos como os explorados, em partidos os que lutam pelas terras, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores rurais sem-terra, respondem com mobilizações, organização e lutas às condições desumanas em que vivem resultantes da divisão da sociedade de classe e das condições materiais de exploração do trabalho.

3. CONFRONTO ENTRE CAPITAL E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

3.1. Caráter de classe dos fenômenos sociais: a educação

O Brasil vive hoje um regime democrático-burguês. Apesar da constituição brasileira garantir o direito ao emprego, à terra e à moradia, esses direitos não podem ser exercidos pela maioria do povo, acima do direito da propriedade privada. Esses direitos não só estão condicionados por relações materiais socioeconômicas como são de fato exercidos plenamente apenas por uma minoria, mesmo que a maioria fique desempregada e more nas ruas e viadutos. Para garantir essa situação, a Justiça, as forças de repressão, junto com as prisões, o parlamento e o governo, que administram tudo isso e formam o Estado, colocam-se na defesa dos direitos do capital contra o trabalho.

Independentemente da forma como o Estado burguês apareça, se é democrático-burguês ou um regime militar abertamente ditatorial, ele se constitui no domínio de uma classe, da burguesia sobre o proletariado, e seu objetivo último é a defesa da propriedade privada, sendo que essa defesa se faz por métodos ideológicos como pelo emprego da violência contra o proletariado e demais explorados pelo capital, é, pois, proporcional ao acirramento da luta entre as classes fundamentais da sociedade contemporânea.

Uma das principais contribuições do marxismo à teoria do Estado foi defini-lo como um fenômeno histórico, resultado da divisão social do trabalho, e posteriormente, da divisão da sociedade de classes sociais com interesses materiais socioeconômicos antagônicos, conduzida pelo desenvolvimento da produção, gerando como consequência a apropriação privada da terra, até então o principal meio de produção.

Isto provocou uma ruptura na antiga unidade vigente, a sociedade comunal, gerando a divisão dos homens em duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a classe dos não-proprietários, no caso das sociedades escravistas antigas, a contradição entre os proprietários de terras e os escravos e demais explorados (plebeus). O advento da

propriedade privada torna possível que a classe dos proprietários viva através do controle da terra enquanto a classe dos não-proprietários passa a ter como obrigação manter a si mesmo e a do dono da terra por meio do trabalho.

A divisão dos homens em classe gerou impactos também nos diversos fenômenos sociais, entre os quais o Estado, o direito, a educação e a escola. Na educação, antes sintonizada com o processo de trabalho, a partir do escravismo convivemos com duas modalidades distintas de educação: uma para classe dos proprietários e outra para a classe dos não-proprietários. A única educação que as classes populares recebiam era a da formação para o trabalho que acontecia na própria dinâmica social, ou seja, a educação era dividida em um ensino voltado à classe dominante, que dispunha de tempo livre para freqüentar a escola e outra destinada à maioria da população que se articulava com o processo do trabalho.

Contudo, o surgimento do modo de produção capitalista, onde o eixo do processo produtivo deslocou-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, convertendo o potencial do trabalho humano em trabalho assalariado a serviço do capital, essa dinâmica afetou a relação trabalho-educação e a escola ergue-se como forma dominante e generalizada de educação.

A simplificação dos ofícios introduzidos pelo processo de transferência do trabalho manual para as máquinas foi determinante para a reorganização das relações sociais, nasceu a necessidade de universalizar a escola como agente de preparação para inserção no mundo do trabalho:

(...) Consequentemente, a Revolução Industrial colocou a máquina no centro do processo produtivo e a Revolução Educacional fez da escola a forma principal e dominante de educação. (MANFREDI, 2002, p. 29 a 61).

Esses acontecimentos contribuíram para a criação de uma dualidade na educação onde de um lado estão às escolas de formação e de outro as escolas profissionalizantes. A primeira associada às qualificações gerais, intelectuais, com foco na preparação das profissões intelectuais, das elites, e a outra enfatizada na produção, embora se constitua de uma formação limitada,

atomizada, fragmentada, ligada a preparação daqueles responsáveis pelas funções manuais. Dessa forma agora todos podiam ter formalmente acesso a escola, porém não ao mesmo tipo de educação. Em suma, com a expansão do capitalismo industrial nasce à necessidade de universalização da escola como instituição social responsável em formar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

A escola configura-se como principal agente educacional da sociedade contemporânea e lamentavelmente, ao invés do que se espera, a escola não vem educando para formar sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social, e sim para legitimar o poder da classe dominante, direta ou indiretamente. Tomando como foco principal a escola pública brasileira, esta ignora a origem de seus alunos, transmitindo-lhes o “ensino padrão”. Bordieu e Passeron explicam este processo pela Ação Pedagógica que perpetua a violência através de duas dimensões arbitrarias: o conteúdo da mensagem transmitida e o poder que instaura a relação pedagógica exercida por autoritarismo.

O aumento da escolaridade é acompanhado por outro tipo de fenômeno: como regra os jovens de baixa renda tendem a ver o estudo como uma via para melhores oportunidades de trabalho e acesso a escola como o único canal de mobilidade social, o que se revela fonte de frustração na medida em que estudar nem sempre assegura o futuro almejado. Assim, a idéia de que maior escolaridade e qualificação asseguram colocação no mercado de trabalho e melhores salários, convive com a percepção empírica de que isto nem sempre acontece.

Tais constatações poderiam gerar desinteresse e desencorajar a continuidade dos estudos, já que fica abalada a expectativa que freqüentemente mantém o aluno estudando. Ainda assim, a ascensão social é percebida como viabilizada pela formação escolar, já que os empregos sem requisitos ou que exigem baixo nível de instrução comumente remetem a posições inferiores na escala de remuneração, poder e prestígio social. Porém, inversamente, as posições mais ambicionadas aparecem associadas não apenas ao estudo, mas ao diploma de nível superior.

Os indivíduos podem ter uma grande condição de empregabilidade, mas o que torna concretas as oportunidades de emprego e renda não é quantum de empregabilidade que possuem, e sim a maneira como, numa lógica competitiva, essa empregabilidade é colocada em prática na hora de concorrer pelo único emprego. Nesse sentido, fazem parte da empregabilidade conhecimentos vinculados à formação profissional, mas também o capital cultural socialmente reconhecido, além de determinados significados ou dispositivos de diferenciação que entram em jogo nos processos de seleção e distribuição dos agentes econômicos: ser branco, ser negro, ser imigrante, ser gordo, ser nordestino... (GENTILI, 2005, p. 55).

Vale ressaltar outro fator de suma importância para a compreensão da relação trabalho-educação no capitalismo, qual seja o processo econômico da sociedade de classes, que para a classe dominante o investimento em educação tende a gerar o crescimento econômico, diminuição do desemprego e estimula a inserção competitiva das economias nacionais no mercado mundial. Na fase inicial do capitalismo, quando este se encontrava em franco desenvolvimento, particularmente até as últimas décadas do século XIX (chamado de capitalismo liberal-concorrencial), esta visão de uma educação vinculada ao progresso econômico tinha a sua razão de ser. Entretanto, na fase atual de crise mundial do capitalismo, a educação é uma das áreas sociais mais afetadas com as políticas de cortes de verbas, refletindo nas condições de vida e de trabalho de alunos e professores.

Retomando para a categoria do trabalho, este assume diferentes formas na história, porém devemos focá-lo na sociedade capitalista, no trabalho assalariado visto que a relação nessa organização não está baseada apenas na compra e venda da força de trabalho, mas na apropriação dessa força, ou seja, uma relação de dominação, pela alienação do trabalho que se exerce em três momentos: o primeiro ao separar o homem dos meios de produção como exemplo, a terra, em segundo por não permitir acesso aos meios produzidos resultados de seu trabalho e em terceiro por obrigar o homem a produzir além do que ele necessita para atender as necessidades daqueles que se apropriam de sua força de trabalho a fim de acumular riquezas.

A exploração nessa sociedade vai além da alienação, ela chega até a dominação, subordinação e disciplina no ambiente de trabalho para atender ao

objetivo do capitalismo: a acumulação de capital. Para o trabalho resta vender a sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e de sua família em troca de um salário humilhante já que não corresponde a jornada de trabalho.

Toda essa discussão acerca da relação trabalho/educação é de suma importância para entendermos as lutas dos movimentos sociais por educação que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social, inclusão social das crianças, jovens e adultos em uma educação que atenda as suas necessidades reais. Em nossa época, as reformas educacionais que atendam aos interesses da classe trabalhadora só podem ser resultado da luta de classes, isto é do confronto entre capital e trabalho. Assim, no próximo capítulo analisamos as experiências desses movimentos na luta contra o capitalismo e os motivos que levam os explorados a lutarem.

3.2- Movimentos sociais no confronto com o capital: rebatimentos na educação.

A história das sociedades classistas é marcada pelo confronto de interesses entre as mesmas, ou seja, a luta de classes é, conforme observaram Marx e Engels no Manifesto Comunista, o motor da história das sociedades de classes, excetuando as sociedades primitivas. Em se tratando do capitalismo, observa-se um agravamento das tensões entre capital e trabalho, ainda mais em um contexto mundial de crise estrutural do capitalismo, levando movimentos sociais da classe operária, estudantes, camponeses e demais explorados ao confronto à lógica do capital.

Desde o século XIX, os trabalhadores se movimentam contra o domínio dos capitalistas e latifúndio, construindo um movimento social independente da burguesia, com métodos de luta próprios (greves, ocupações, manifestações etc.) e suas próprias organizações (associações, sindicatos, partidos e internacionais socialistas. Por isso, foi capaz de impor à classe dominante conquistas, direitos e reivindicações históricas. No contexto da crise do capital, a burguesia tenta de todas as formas destruir essas conquistas, através das

chamadas medidas e reformas neoliberais, aumentando o grau de exploração dos trabalhadores. Para isto, tem de usar tanto de instrumentos ideológicos como da violência organizada pelo Estado.

A partir dos anos 1960, esses movimentos sociais se diversificaram, e paralelamente ao movimento histórico dos trabalhadores, surgiram ou se resignificaram outros movimentos sociais, chamados agora de novos movimentos sociais como o movimento ecológico, contra a homofobia, mulheres, negros etc. A valorização dada aos movimentos sociais surgimentos nos meados dos anos 1970 e começos dos anos 1980 no cenário brasileiro se deve a sua característica principal de colocar em destaque a luta por direitos, reivindicações para o exercício da cidadania, mas que nos momentos de crise capitalista podem assumir o ponto de vista de classe dos trabalhadores, colocando como horizonte não a simples luta por direitos no marco do capitalismo, mas a superação do próprio capitalismo. Esse caráter movimentos sociais é o tema que será abordado nesse capítulo e a sua relação tão fortemente vinculada ao objeto de estudo em foco, a violência de classe.

Os movimentos sociais estão aqui destacados como organizações sociais de atuação urbana ou rural com o objetivo de expor as demandas de um conjunto de indivíduos, em geral ligadas à reivindicação econômicas, políticas, sociais e jurídicas. De fato, os movimentos sociais trouxeram significativas mudanças por apresentarem em sua essência a ampla valorização do exercício da democracia real, com base na experiência do histórico movimento da classe operária, em contrapondo com a democracia formal burguesa, a crítica e autocrítica, formas criativas de organização política própria dos explorados.

A realidade que nos circunda é marcada por não temos sanado os problemas sociais que se agravam com a elevada concentração de renda resultante da exploração e dos abusos de poder da nossa sociedade. Por conta desse sistema, estamos subordinados a conviver com diversos problemas sociais como a miséria, a fome, o desemprego, o analfabetismo, fatores provenientes da carência de serviços públicos essenciais na área da educação, saúde, moradia, uma realidade de exclusão social.

Tornam-se então os movimentos sociais imprescindíveis por evidenciarem as contradições e conflitos sociais produzidos pelas desigualdades e injustiças sociais levando os sujeitos excluídos a reivindicarem e lutarem por seus direitos e reivindicações. A destituição de direitos ou sua mera presença formal nas leis e constituições são a expressão de uma violência que amplifica a possibilidade de relações desumanas entre os indivíduos que compõem a sociedade.

O confronto do trabalho contra o capital, que se manifesta na história dos movimentos sociais, seja o movimento operário e camponês, sejam os novos movimentos sociais das últimas décadas, se expressa por seu caráter de resistência contra a exploração, a opressão e a utilização da violência reacionária da classe dominante e dos seus governos e Estados. Portanto, a violência utilizada pela classe operária e pelos demais explorados é a resposta, na forma de métodos de luta, contra a violência reacionária da classe dominante e seu grau depende quase sempre do nível da própria violência burguesa contra os movimentos sociais. A necessidade dos métodos de luta para transformação da sociedade durante a história sempre foi reconhecida por Marx e Engels e pelos marxistas, sem a intenção em fazer apologia a esta:

(...) a violência é uma necessidade imposta pelas contradições irreconciliáveis de uma sociedade dividida em classes antagônicas e utilizada, com fins diametralmente oposto, tanto pelas classes dominantes como pelas classes oprimidas” (VASQUEZ, 2007, p. 380).

Os métodos de confronto entre capital e trabalho e de autodefesa dos explorados contra a exploração e a opressão capitalista, justifica-se pelas condições desumanas da sociedade vigente, que de um lado concentra riqueza e poder nas mãos de uma minoria e, de outro, miséria, fome, desemprego e opressão para a maioria esmagadora da sociedade.

Por outro lado, a classe dominante não estaria disposta a sair de cena por esgotamento histórico e político, dessa forma, os caminhos das classes dominadas se encontravam fechados para negociações pacifistas lhes restando apenas o caminho da luta em busca de interesses que atendam não

só a um único indivíduo, mas a toda uma classe. Dessa maneira a revolução é caracterizada pelas tarefas sociais que se devem cumprir. Como já descrito, toda a experiência histórica nos revela que a busca pela libertação do homem sempre passou pela luta de classes, mas o que se faz importante é admitir sua necessidade histórica.

São pois as condições históricas objetivas que empurram as classes sociais à luta em torno dos seus interesses materiais de existência e é a partir dessas contradições que tomam consciência clara de suas posições e reivindicações de classe. Diante das sociedades classistas, a violência utilizada pela classe dominante é não só uma possibilidade permanente para manter o seu domínio, como real para conquistar o poder ou manter o que foi conquistado. Para Sartre:

(...) o que opõe os homens, que formam objetivamente uma classe, e os leva à violência não é a tomada de consciência de uma situação como a escassez, mas sim sua situação objetiva não em relação aos produtos, mas fundamentalmente em relação a seus meios de produção. (Sartre, 2002, p. 103-111).

O que Sartre se refere é como as contradições sociais e econômicas levam as classes a lutarem, pelo controle dos produtos do trabalho humano (excedente econômico) expressos nos meios de produção, os quais na sociedade capitalista são controlados e apropriados forma privada da produção social, acirrando as condições fundantes, ou seja, de um lado o desenvolvimento das forças produtivas e do outro a crescente miséria, fome, desemprego e todos os males sociais recaindo sobre os ombros da classe que produz a riqueza.

Assim, toda e qualquer atitude da classe explorada no confronto com o capital, mediatizados pelos métodos de luta da classe trabalhadora tais como greves, manifestações, ações diretas, protestos, são caracterizados como uma afronta à ordem estabelecida, chegando a ser criminalizada e reprimida pelas leis, juízes e tribunais, expressando, em última instância a defesa da propriedade privada dos meios de produção. Em contrapartida se admite a mortalidade infantil por falta de alimento e condições desumanas de vida, o

desemprego, falta de moradia e a negação das condições básicas de saúde para o conjunto dos trabalhadores empregados e desempregados.

Remetendo-nos ao contexto do campo o capitalismo aumentou a miséria e a concentração de riqueza transformando o meio rural, expropriando e expulsando trabalhadores rurais. Esses fatores levaram ao crescimento do trabalho assalariado e do proletariado rural com a expansão do agronegócio e a manutenção do latifúndio e de relações semi-feudais de trabalho no campo, portanto desencadeia a luta pela reforma agrária. Predomina a agricultura capitalista, o agronegócio e o latifúndio em detrimento da agricultura camponesa dos pequenos produtores e de suas famílias. Cercados pelos latifundiários e pelos capitalistas do agronegócio, os camponeses organizam seus espaços de socialização, de construção do conhecimento para transformar a realidade. As lutas camponesas construíram caminhos de resistência, tal como o movimento operário desde o século XIX ao mundo atual.

Quanto aos chamados novos movimentos sociais, é necessário compreender a sua formação nos marcos da crise mundial da sociedade capitalista. É mister esclarecer conceitos acerca de: Novos Movimentos sociais, Movimentos sociais e Movimentos Sociais Populares. Ilustrativo é a observação Paludo, que representa na literatura brasileira uma forma de pensar os novos movimentos sociais em contraposição com os movimentos sociais tradicionais, como, por exemplo, o movimento operário:

Os novos movimentos sociais mostram contrários aos tradicionais e não possuem o caráter de classe internalizado, como os movimentos sindicais e operários que se localizavam em torno do mundo do trabalho. Estes novos movimentos são os movimentos de mulheres, contra a fome e outros que apresentam práticas e objetivos diferentes. (Paludo, 2008, p. 3).

Trata-se então das manifestações coletivas contemporâneas que acabaram gerando movimentos sociais. Os movimentos sociais nada mais seriam nessa visão que

(...) ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais articuladas em certos cenários

de conjuntura socioeconômica e política de um país, virando um campo político de força social na sociedade civil. (Gohn, 1997, p.251).

Esses novos movimentos se caracterizariam por buscar a construção de redes de movimentos sociais autônomas, na construção da identidade para a luta em torno de um sujeito plural. Os movimentos sociais populares possuem maior afinidade com a formação do indivíduo na luta pela sobrevivência, como exemplo, teríamos os movimentos dos trabalhadores sem terra que possui objetivos imediatos buscando organizar para a mobilidade e pressão, na luta pela construção paulatinamente de alternativas ligadas à luta política, econômica, cultural, etc.. Para Freire:

(...) O importante, porém, é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses das ligas e os sem-terra de hoje todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como "façanha da liberdade". (...) apostaram na intervenção do mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está. Se os sem-terra tivessem acreditado na "morte da história", da utopia, do sonho, no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia do testemunho do amor à liberdade; se tivessem acreditado que a crítica ao fatalismo neoliberal é a expressão do neoliberalismo que não constrói, se tivessem acreditado na despolitização da política embutida nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para as suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada. (Freire, 2000, p.60-61)

É nessa contextualização dos movimentos sociais populares trazida por Freire que se faz e refaz a concepção da educação do indivíduo e do coletivo na perspectiva da transformação radical da sociedade, não feita por qualquer indivíduo, mas por aquele oprimido, esfarrapado do mundo, daqueles sem dinheiro, sem terra, sem poder. Nesse sentido que a educação popular se torna importante, a pedagogia é o instrumento para a descoberta daqueles oprimidos, para a transformação, para a prática da liberdade.

Dessa maneira a resistência revolucionária entra nesse cenário vinculada a todo processo histórico, como uma necessidade histórica, caracterizando-se assim como a força motriz que move esse desenvolvimento. Quando falamos em resistência organizada coletivamente dos explorados, trata-se da destruição de uma determinada ordem social, econômica e política

e em seu sentido mais restrito pelo uso da força social para obter essa destruição e dessa forma vencer a resistência daquilo que se deseja transformar. A intenção da resistência coletiva é de fato abrir uma nova página na história da humanidade, a de uma sociedade sem as diferenças materiais de classes.

Nas sociedades divididas em classes, onde os interesses são antagônicos, a violência domina tanto as relações sociais internas, entre as diferenças de classes, quanto nas relações externas, entre os países como nas guerras. O surgimento e desenvolvimento da violência nas relações sociais estão diretamente ligados ao comando da propriedade privada e a divisão em classes da sociedade. Historicamente podemos perceber que quando uma classe dominante se encontra em uma situação que apresenta perigo, a mesma não perde tempo em recorrer a atos violentos extremos para assegurar sua posição já que não está disposta a perder a superioridade em relação aos demais.

Concluo assim caracterizando os movimentos sociais como uma das formas de ação coletiva que tem por objetivo alcançar a concretização de demandas políticas, econômicas e culturais por pessoas que possuem esse objetivo em comum e a participação do indivíduo no mesmo, construtora de aprendizagens significativas propiciando experiências integrativas e inovações democráticas reais, mas, sobretudo, seu caráter pedagógico possibilita a constituição de sujeitos criativos na construção de uma realidade social inteiramente distinta da sociedade atual.

3.3. Uma experiência de confronto: MST e a história da luta pela educação.

As lutas pela terra sempre estiveram presentes na história do Brasil, seja na resistência histórica da população indígena contra a opressão européia, seja na luta dos negros contra a escravidão e por sua auto-organização em Quilombos, sejam a constituição das Ligas Camponesas a partir da segunda metade do século XX no Nordeste do Brasil, seja na atual luta pela terra

realizada pelo Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST) e por outros movimentos populares pela moradia. São atitudes de resistência diante da concentração fundiária exacerbada e contra a exploração visando à conquista de terra e da moradia para trabalhar, viver dignamente e por uma sociedade justa e igualitária.

Para serem reconhecidas as suas reivindicações, os camponeses precisam enfrentar além dos latifundiários e grileiros, o próprio Estado, que representa a classe dominante e mantém seu poder por meio da violência e a implantação da agricultura capitalista no campo, fornecendo aos empresários subsídios para incentivar o crescimento da agricultura, enquanto limita os salários e se omite diante da expulsão dos camponeses das terras, deixando-os a mercê da miséria e de migalhas na forma de programas assistencialistas.

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade de sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente para explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa, onde ela se tornou capitalista. O movimento dos sem terra é um bom exemplo dessa realidade. (Oliveira, 1991, p. 26)

A permanência do latifúndio e a expansão da agricultura capitalista do agronegócio forçam sistematicamente o campesinato brasileiro a criar diversas e distintas formas de resistência, rompendo as barreiras impostas pela burguesia e latifundiários ao desenvolvimento da luta de classes, se organizando em espaços de socialização política e construção do conhecimento com o objetivo de transformação da realidade. Muitas são as formas de violência contra os trabalhadores do campo, a dos jagunços contratados pelos grandes fazendeiros como uma espécie de forma armada paralela ao estado, amparada no poder local das oligarquias, a da força pública estatal (polícia) apoiada ou não em determinações da justiça, na defesa dos interesses dos latifundiários.

Dentro dos conflitos e das lutas se encontram as três frentes de luta no campo: assalariados e bóias frias organizando-se por meio de sindicatos, greves, negociando o padrão das condições básicas de sobrevivência; os posseiros, lutando para garantir a terra contra a expropriação, espoliação e avanço da destruição ambiental; os sem terra, trabalhadores que lutam pela terra e por condições de trabalho na pequena produção familiar, o que implica a desapropriação de terras, assentamento das famílias e concessão de crédito e infra-estrutura necessária à produção agrícola.

A luta pela sobrevivência foi à marca da resistência camponesa na história, é nesse contexto que o MST nasce como movimento nacional se diferenciando dos outros movimentos por sua forma de organização política e seus princípios fundamentais.

Em seu desenvolvimento, o movimento dos sem-terra sempre teve como referências estes princípios: lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher. (Mançano, 2001, p. 86)

Como podemos observar através dos princípios do movimento dos sem-terra, sua organização é composta por uma direção coletiva para um fim também coletivo, mostrando que reivindicar não é o suficiente, é necessário fazer, da mesma forma não basta reclamar da falta de escola, é preciso fazer a escola, ensinando nessa escola o que é preciso aprender, já que são nesses espaços que nascem a organização e a resistência que levam as famílias a lutarem. O movimento dos sem-terra então nasceu da ocupação, como espaço de luta e resistência, ampliando a luta pela terra em luta por outros direitos: educação, política agrícola, saúde.

Embora o MST seja um dos mais organizado movimento social na atualidade, existem registros de movimentos de trabalhadores sem terra e sindicais que nasceram ou participam da luta pela terra em nosso país além da história da luta no campo, cuja referência mais próxima são as Ligas

Camponesas. A luta do MST não é a luta apenas pela terra mas também pelos direitos básicos, por educação, moradia, transporte, saúde, resultado das desigualdades geradas pelo sistema capitalista.

No âmbito educacional, o MST vem desde 1984 na luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis. Durante esse período de militância, o movimento já conquistou espaços para construção de conhecimento para crianças e adolescentes sem terra em quase duas mil escolas públicas em todo o país, além de proporcionar a capacitação de professores para a alfabetização de jovens e adultos. A defesa do movimento é por uma escola onde o povo esteja e tenha a oportunidade de participar da elaboração do projeto da mesma, visto que, para o movimento levar escolarização dos trabalhadores significa um processo de reforma agrária com mais qualidade e condição de vida.

Através de projetos de alfabetização, o movimento busca modificar os acampamentos em ambientes livres do analfabetismo por meio de conteúdos ligados à realidade dos sem terras, desenvolvendo a cultura do estudo no campo indo além da educação básica, sendo indivíduos capazes de aprender e também ensinar. O espaço de aprendizagem não se limita a escola, mas em todos os territórios do MST para que dessa forma o ensino proporcione ao camponês o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Em 1997, no 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária para formular um plano de alfabetização no campo, foi consolidado um convênio com o governo federal e com universidades promovendo projetos de alfabetização nos assentamentos por intermédio do Programa Nacional de educação na Reforma Agrária. Hoje o movimento dos sem terra conta com a inserção de crianças, jovens e adultos em instituições desde o ensino infantil até Universidade e Escolas Agrotécnicas, tanto nos acampamentos e assentamentos como fora desses espaços.

O objetivo do MST na educação é a implantação de um ensino transformador, a partir da prática do trabalho por se aproximar da realidade do educando e também educar a partir da realidade. Um fator importante no projeto educativo do MST é a preocupação com a autonomia do educando,

esta deve constituir o processo construtivo do sujeito para que assim seja capaz de enfrentar a vida, desenvolver sujeitos históricos dentro de uma situação histórica real, conscientes da história de seu povo e das possibilidades de construir a realidade e abertas para o mundo.

As escolas de assentamento têm por obrigação serem espaços de formação humana dos sujeitos que realizam a conquista desta, construí-la, elaborando experiências pedagógicas voltada para as suas necessidades. As reivindicações por educação são resultantes do processo mobilizador em busca de novos espaços criando possibilidades de interação entre sujeitos políticos no caminhar da luta, é a pedagogia da luta social. Dessa forma não basta a luta por terra, o movimento deve abarcar a luta também por educação, ocupando o território da educação para transformação do campo que se deseja alcançar.

Eles constituíram um amplo movimento unificado em torno de uma política de educação para os povos do campo, referenciada nas suas culturas, nos seus modos de vida próprios e nas ricas experiências de vida e de práticas educativas que, no transcurso do movimento, foram construindo uma pedagogia, especialmente pelo MST, que valoriza o conhecimento da realidade enriquecido com o conhecimento sistematizado. (Batista, 2007, p. 176)

A tentativa é de enfrentar os diversos problemas da educação no campo já que a mesma é fundamental no desenvolvimento humano, social e econômico e por isso o movimento reivindica uma educação de qualidade apontada para a realidade do camponês, para a valorização da vida no campo, construindo uma nova pedagogia ligada aos sujeitos vinculada no elemento de maior significância para o camponês: a terra, tida como meio de trabalho, de sobrevivência, de cultura. Para o movimento não satisfaz assegurar o direito à educação é preciso definir o conteúdo e a pedagogia que seja possível articular a realidade do sujeito, uma política de educação que valorize a identidade camponesa e se preocupe com a formação dos professores.

4. A EDUCAÇÃO CONTRA O CAPITAL: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS REVOLUCIONÁRIOS

4.1. A educação como expressão da luta de classes

Nesta parte, pretende-se destacar a importância da constituição de sujeitos revolucionários engajados nas lutas sociais pela transformação radical da sociedade capitalista a partir da própria práxis social. Na esteira de Marx, a educação deverá se vincular as lutas sociais não só na defesa das reivindicações mais elementares da classe operária e dos explorados, o que importa também a luta por uma educação única, laica e gratuita, como também na qualificação do potencial revolucionário dos sujeitos históricos, no sentido de formar subjetividades críticas e comprometidas com o processo de transformação social. Portanto, não é qualquer educação que cumpre esta função social.

Sabe-se, como se disse nos capítulos anteriores, que vivemos em uma sociedade capitalista, isto é, uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção e, portanto, na produção social e apropriação privada dos produtos do trabalho humano, e dividida em classes sociais com interesses materiais distintos, antagônicos, fundados na posse do excedente econômico. Dessa forma, todos os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais estão perpassados pelas contradições da sociedade de classes. A classe dominante, através do Estado e de seus órgãos vinculados à educação e ao sistema escolar, procura manter o controle sobre a educação e os conteúdos trabalhados pelos professores e alunos em sala de aula.

Entretanto, como todos os fenômenos de uma sociedade classista, também a educação é clivada pela luta de classes, por contradições teóricas e

práticas, por conformismo, adaptação e apatia, mas também pela resistência, pela crítica e pela atuação superadora. A educação é espaço de contradições e da luta de classes. Isso se manifesta nas escolas e nas Universidades, na luta e organização de estudantes e professores nas associações, sindicatos, organizações estudantis, como seus métodos de luta como as assembléias, greves, manifestações, reuniões, ocupações etc. Manifesta-se também no confronto de idéias e práticas socioeducacionais.

Marx se baseia no princípio da vinculação da educação às condições como a sociedade se organiza historicamente e sabia muito claramente do caráter da educação e da escola na sociedade de classes. Mas, além da crítica da sociedade burguesa e da sua educação, Marx assinala o papel da teoria e da prática revolucionária para assinalar o real caminho que a educação pode contribuir na luta de classes, apresentando novas tarefas ao trabalho educativo, tendo como alternativa a objetivação do desenvolvimento da consciência crítico-política vinculada à prática transformativa da classe operária e demais explorados. Isso significa desenvolver um trabalho educativo voltado para a libertação do homem das opressões de classes, para a compreensão do caráter histórica da sociedade capitalista, para a apropriação do conhecimento historicamente criado pela humanidade, na organização política de estudantes, professores e servidores da educação.

Para a educação desempenhar o papel de desenvolvimento do homem omnilateral, é preciso antes, libertá-la das cadeias do capitalismo, é necessário a a transformação social, que depende da luta concreta de homens e mulheres pelo superação do sistema capitalista. Nesse sentido, qual a função que desempenha a educação na destruição do sistema capitalista? Qual o seu papel na construção de sujeitos revolucionários?

No sentido tradicional, a educação só poderia ter como função conservar aquilo que já foi construído e repassá-lo às gerações futuras. Esse papel foi possível principalmente nos momentos históricos progressivos da humanidade, em que não só as forças produtivas do trabalho e da técnica estavam se desenvolvendo plenamente, mas a própria ciência conhecia uma evolução acumulativa e consistente com as necessidades de compreender os

fenômenos da natureza, da vida social e do conhecimento em sua profundidade.

Nas condições atuais de crise estrutural do capitalismo, a educação tem enfrentado obstáculo até na execução do seu papel milenar de conservar e transmitir conhecimentos. Tem muito mais reproduzido conhecimentos anteriores e, muitas vezes, retroagido a patamares já superados.

4.2. A educação na formação de sujeitos revolucionários.

Para responder a esses questionamentos, cabe fazer uma análise sobre a política educativa burguesa e da escola na sociedade capitalista, como também, da luta revolucionária da classe operária pela educação. Segundo a concepção de Marx e Engels, a educação na sociedade burguesa é tida como:

O instrumento nas mãos da classe dominante que determina o seu caráter de acordo com os seus interesses de classes, assim como o âmbito que engloba o ensino para a sua própria classe e para as classes oprimidas. O sistema de ensino e o sistema educativo, que na realidade são um instrumento dos seus interesses, embelezam-se com bonitas palavras acerca da liberdade e das possibilidades de desenvolvimento. (Suchodolski, 1976, p. 10)

Na educação burguesa, vemos explícito o caráter de classe que adquire a educação, ela que deveria servir a todos os homens, é fornecida aos filhos dos burgueses de forma diferenciada daquela que é mantida para os filhos dos trabalhadores, usada como instrumento de hierarquia social, tendo o ensino na sociedade capitalista a tarefa de forjar de um lado os representantes de classes dominantes para perpetuar a ocupação dos altos postos e, do outro, a formação de braços para o trabalho nas diversas atividades econômicas (comércio, indústria, serviços, finanças, banco etc.) da sociedade capitalista.

Além do caráter excludente da educação burguesa, é preciso observar com atenção especial seu caráter de classe na medida em que a escola é utilizada como espaço para garantir a dominação de uma classe sobre outra,

assegurar interesses ideológico-políticos, além de refletir, sob certas condições, a relação de desigualdade entre os povos e Estados, como na relação entre os países capitalistas atrasados e países capitalistas desenvolvidos (potências imperialistas). Essas relações se expressam na forma de interpretar inclusive a relação entre as culturas e a história dos povos.

O ensino em doses homeopáticas para os trabalhadores e seus filhos é um elemento necessário da produção no capitalismo e tem por objetivo formar mão-de-obra barata, em que as relações sociais reproduzidas pelos trabalhadores e seus descendentes não só no plano ideológico-cultural, mas no plano das relações de trabalho e da política. Mas a classe dominante saber dos limites em que a educação pode ser partilhado com os trabalhadores e demais explorados e que precisa manter um certo controle em todas as etapas do ensino para evitar que a educação desborde das necessidades colocadas pela sociedade de classes e pela imprescindibilidade de reproduzi-la continuamente.

A educação dos filhos do proletariado e demais explorados no capitalismo está condicionadas pelas condições sociais e econômicas das suas famílias, pela necessidade de trabalhar o mais cedo possível, pela necessidade de complementar a renda familiar. Ainda mais, o acesso à educação se dá nas condições estabelecida pelo Estado, que, em última instância, representa os interesses gerais da classe dominante. As famílias operárias são obrigadas a venderem sua força de trabalho por um valor que sequer corresponde ao mínimo necessária para a sua sobrevivência e os capitalistas se esforçam por limitarem ainda mais as condições de vida e trabalho em função da lucratividade do capital.

A ocupação do dia com o trabalho muito cedo e com o estudo não permite tempo nem espaço para o desenvolvimento pleno do homem. Jovens e mesmo crianças são que trabalham durante todo o dia e muitas vezes à noite, superando até mesmo o limite de suas forças, têm as suas condições físicas e mentais mutiladas pela sociedade burguesa. Nem mesmo a legislação da sociedade, que protegem as crianças e adolescentes, é de fato cumprida pelos governos e estados. Qual a alternativa então para libertar essas crianças e jovens de um presente que os mutilam e de um futuro cada vez mais incerto para a humanidade?

Marx dirige sua atenção para as condições de trabalho das crianças na fábrica e na escola para a posição dos pais e dos mestres no que respeita aos capitalistas. Aqui se evidencia todo o caráter hipócrita e a superficialidade do sistema de ensino e de educação burguesa. (Suchodolski, 1976, p. 18)

A saída encontrada por Marx é levar uma luta sem tréguas contra as condições de exploração do operariado e demais explorados no capitalismo, defendendo suas reivindicações elementares, entre elas a educação pública, mas articulando a defesa das reivindicações à luta mais geral pelo fim da sociedade de classes capitalista, pela superação da propriedade privada e pela constituição de uma sociedade emancipada. No campo da educação, significa desenvolver uma posição teórica, política e pedagógica voltada aos conhecimentos à apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, pela crítica da sociedade burguesa, pela disputa ideológica contra as formas de consciência sociais dominantes a serviço do domínio da burguesia, a crítica das concepções de mundo vinculadas à legitimação direta ou indireta do status quo, ao esforço de organização de estudantes, professores e servidores em articulação com a luta dos trabalhadores e demais explorados.

A luta social (que implica a luta teórica, política e ideológica) defendida por Marx e Engels precisa ser baseada na realidade social do grupo dominado. Para lutar o operário precisa ser consciente de sua situação e do seu papel histórico na sociedade capitalista, na sua superação e na criação de uma sociedade socialista. "Este papel da classe operária é o fator principal que permite abolir a miséria, a exploração e as humilhações que a classe possuidora faz. (Suchodolski, 1976, p: 28). A libertação da classe proletária e demais explorados não se limita às reivindicações das suas necessidades, mas defende o interesse do coletivo, o interesse humano geral, da superação dos processos de alienação pela superação das contradições econômico-sociais que os engendra.

A luta do proletariado não se resume na defesa dos seus interesses vitais, mas também no combate das classes que negam a necessidade de

construção de uma nova ordem social, uma luta em que as armas dos oprimidos é a consciência, o conhecimento e a organização política. A educação corrobora com a prática revolucionária ao ser o meio por onde o proletariado assume o cumprimento das tarefas históricas da classe explorada, a luta revolucionária é considerada por Marx como a melhor escola do novo homem socialista, na prática revolucionária se educa os homens de amanhã.

A revolução surge com a importante função de criar novas condições para os homens, dessa forma, nova consciência social, na criação de novas relações sociais, é nada mais do que a busca pela transformação humana. A crise econômica, social, política e ecológica mundial tem despertado lentamente homens e mulheres para a necessidade de desenvolver um papel ativo e transformador em todas as esferas da luta de classes, em particular no campo da educação. A educação deveria ser capaz de produzir uma cultura onde o próprio educando se torne agente de seu processo educativo, participando de sua socialização, não só como um receptor ou “uma técnica social de manipulação da consciência, da vontade e da ação de indivíduos” (Fernandes, 1966, p: 173). A ação educativa deve ter como ponto de partida essencial a dimensão essencial de uma transformação radical (pela raiz) da sociedade em que estamos vivendo.

A educação deve se encaminhar para a realização de tarefas revolucionárias, para despertar de uma consciência crítico-transformadora, para a necessidade de organização e de luta histórica, para a necessidade de unidade com a luta dos demais explorados pelo capital, que supere a existência da exploração do homem pelo homem. Estamos falando aqui da essência da pedagogia revolucionária vinculada aos princípios do materialismo dialético que expõe as condições histórica reais do desenvolvimento da sociedade humana e das contradições das sociedades de classes, que geram a luta entre as classes sociais e as distintas concepções de mundo a partir dessa base.

A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária a existência e ao funcionamento de todas as sociedades, sejam ou não dividida em classes sociais. Cada uma delas precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliarem no desenvolvimento de suas capacidades

físicas e intelectuais, preparando-os para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Por intermédio da ação educativa, o meio social exerce influência, os seres humanos tornam-se capazes de estabelecer uma ação ativa e transformadora com a sociedade. Tais influências se manifestam por meio de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados por muitas gerações de indivíduos e grupos, transmitidos, assimilados e recriados pelas novas gerações.

A escola e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do educando, bem como criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações. Cada sujeito apresenta um universo próprio, que reflete dialeticamente as relações sociais mais gerais de sua época, tornando necessário que o estabelecimento dos espaços interativos, no contexto educacional, seja orientado a promover relações fraternas, de esforços partilhados na construção de soluções comuns para o alcance de objetivos coletivos.

Enfim, se o objetivo é empreender uma verdadeira transformação social, fazer uma mudança sociais, econômica, política, ideológica e cultural pela raiz, modificar positivamente a vida do povo, acabando com as mazelas e a exploração, se faz necessário trilhar o caminho da resistência e da luta de classes, podendo ou não gerar uma nova ordem, inserindo-se num movimento duplo de demolição e de construção.

A práxis educativa socialista é um possível caminho para se superar os entraves de uma prática educativa tradicional, articulando teoria e prática, num esforço para superar o sistema capitalista e conseqüentemente possibilitar a construção de novas relações materiais, em que todas as relações construídas pelos indivíduos, inclusive a educação, possam ser recriadas sob um a nova base, alinhadas de fato às demandas coletivas e sociais de uma sociedade socialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final dessa monografia, torna-se fundamental realizar uma síntese da nossa trajetória no estudo, apontando as concepções e as possibilidades acerca dos confrontos do trabalho contra o capital e as possibilidades de, nesse processo, a educação comparecer como um espaço para o desenvolvimento de sujeitos comprometidos com uma concepção crítica radical da sociedade burguesa e com a luta pela sua transformação.

Foi necessário em primeiro lugar analisar o caráter mutilados das sociedades de classes e uso sistemático tanto de instrumentos ideológicos como da própria violência organizada para mantê-las ao longo da história da humanidade. Primeiro nas sociedades primitivas não classistas, onde a violência se apresentava como uma questão de sobrevivência, na luta por garantir comida e lugar para viver; em seguida, nas sociedades escravistas, tida como a primogênita na exploração do homem pelo homem, sendo que a violência nesta sociedade era uma condição para a manutenção da dominação sofrida pelos explorados, pela negação da liberdade.

Referente às sociedades feudais, mostrou-se como a terra era a base da riqueza social e que era trabalhada pelos camponeses, cujo trabalho excedente era apropriado pelo clero e nobreza, os senhores feudais da época. Para manter essa sociedade era preciso não só a presença da Igreja com toda a sua potência ideológico-política, mas a utilização potencial e sistemática da guerra e da força física contra o campesinato. Por fim, analisamos a sociedade capitalista, onde se continua a exploração da mão-de-obra humana em troca de um salário que não corresponde ao valor total produzido pelos trabalhadores, uma sociedade baseada na propriedade privada, no trabalho assalariado e na exploração do homem pelo homem, em que a violência e a ideologia são sistematicamente utilizadas quando a luta de classes ultrapassa os limites da legislação capitalista.

No segundo capítulo nos ocupamos de tratar das relações entre trabalho e capital, dos confrontos que necessariamente germinam das contradições materiais e ideológicas da sociedade burguesa. A educação na sociedade capitalista comparece perpassada pelas relações de classes, em que a classe dominante procura manter um certo controle sobre os conteúdo e a ação pedagógica, no sentido de que a educação se dê conforme as necessidades prementes da sociedade capitalista. Para tanto, mantém uma dualidade no ensino: uma educação voltada para os ricos, outra voltada para as classes trabalhadoras e seus filhos. Em meio a essas contradições de classes, os movimentos sociais expressam a necessidade de organização coletiva dos explorados por suas reivindicações mais elementares e para a luta contra as formas de opressão. Destaca-se, sobretudo, a experiência do Movimento dos Sem Terra que, ao lado da luta pelo acesso à terra, conduz uma luta pelo acesso a educação de qualidade, sendo esta voltada para a realidade do educando, qualificando também professores engajados com as necessidades (formais e não-formais), militantes pela causa. O objetivo foi mostra que ao lado da violência reacionária da burguesia exista a resistência social das massas oprimidas pelo capitalismo, que se expressa na forma de violência revolucionária.

A educação pode e deve comparecer com um campo da luta de classes, na verdade ela é perpassada por todas as contradições da sociedade burguesa e da luta que se desenvolve fundamentalmente entre o capital e o trabalho. Para superar as formas tradicionais de aprender e ensinar, de conservar os conhecimentos e transmiti-los, tarefa esta que na situação atual de crise do capitalismo, sequer é levada adiante conseqüentemente pela sociedade e pelo Estado, subsiste a tarefa de formar sujeitos revolucionários, com a consciência de que é necessário compreender historicamente a sociedade capitalista e atuar no sentido de transformá-la.

Somos os responsáveis pela construção da nossa própria história, todas as riquezas e misérias geradas são fruto das nossas ações. Essa idéia surge devido ao fato de que os homens para se reproduzirem precisam transformar a natureza e a única maneira de fazê-la é trabalhando, o fruto desse movimento é a origem das sociedades e de indivíduos cada vez mais complexos. Tanto a

sociedade quanto os indivíduos que a compõe estão limitados no desenvolvimento devido à redução humana ao capital, dessa forma as necessidades do homem estão voltadas a reprodução do capital. O desenvolvimento da sociedade então se converte ao aumento das alienações e das desumanidades produzidas socialmente. Ao submeter o homem às alienações do capital, a sociedade tira as possibilidades do livre desenvolvimento humano, conformando trabalhadores presos aos burgueses e dos homens às mercadorias.

A liberdade só pode acontecer com a superação da sociedade capitalista, só assim será possível colocar as necessidades humanas em primeiro lugar, acabar com o absurdo de se promover a miséria do trabalhador para garantir o desenvolvimento econômico mercantil, com a produção do desemprego, da fome e da marginalização social, todas as formas de violência contra o homem alienado que vende sua força de trabalho a um sistema que não lhe retribui de forma digna.

A liberdade segundo Marx “nada mais é do que o atendimento das verdades e reais necessidades humanas, postas pelo desenvolvimento histórico-social” (1984, p.124). Esperamos que nosso trabalho contribua de alguma forma para a conscientização da importância da construção de sujeitos capazes de reconhecer a sua realidade e buscar através de sua práxis para a transformação da vida social.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos sociais e educação popular do campo reconstruindo território e a identidade camponesa.** Educação e movimentos sociais, novos olhares. Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Edineide Jezine, organizadoras, -- Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência, pesquisas de antropologia política.** A questão do poder nas sociedades primitivas. Prefácio de Bento Prado Jr. / Tradução de Paulo Neves. Publicado em 1980 | Edição brasileira de 2004. São Paulo: Cosas & Naify, 2004.

DUBY, Georges, **Economia rural e vida no campo,** Lisboa, Edições 70, vol.2, 1962.

ENGELS, F. **Teoria da violência.** São Paulo: ÀTICA, 1981, p. 164-188.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil** / Bernardo Mançano Fernandes. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. **"Notas sobre a educação na sociedade Tupi-nambá."** In: Fernandes, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus Edusp, 1966, pp. 144-201.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** SP: UNESP, 2000.

FREITAS, G. de, **900 Textos e Documentos de História.** Lisboa: Plátano, 1975.

GENTILI, Pablo. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais.** In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. (Orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. 3ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, pp. 45-59.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUENÉE, Bernard. **O ocidente nos séculos XIV e XV**, São Paulo, Livraria Pioneira Editora – USP, 1981.

Júnior, Caio Prado. **Contestações às teses de Gilberto Freyre, Contestações das teses Freyrianas no Brasil**, 2011.

KOHAN, Nestor. **Marx e su (tercer) mundo**. Disponível em: [HTTP://loseriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/Kohan-Marx-en-su-tercer-mundo1.pdf](http://loseriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/Kohan-Marx-en-su-tercer-mundo1.pdf).d.a

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx** / Sérgio Lessa, Ivo Tonet. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

György Lukács, **Ontologia do ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 121.

MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, profissão e escolarização: revisitando conceitos**. In: Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Luta de classes na França de 1848 a 1850**. In: Karl Marx – Friedrich Engels – Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-ômega, 1850 s.d.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Justiçando o cativo: a cultura da resistência escrava**. In: Piccolo, Helga; Padoin, Maria (dir.). História Geral do Rio Grande do Sul: Império. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2005.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. **Rio Maria: a terra da morte anunciada**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1991.

PALUDO, Conceição. **Movimentos sociais e educação popular: atualidade do legado de Paulo Freire** (2008). Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/dialogoscompaulofreire/ConceicaoPaludo.pdf> . Acesso em 22 de abril de 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1953.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

RÔMULO, André Lima. **A violência como potencia econômica: acumulação primitiva, guerras e poder de Estado no capitalismo**, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis** – 1ª Ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

STRAUSS, Claude Levi. **“Guerre et commerce chez les Indiens de l’Amérique du Sud”**. Renaissance, v.1. Nova York, 1941.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria Marxista de educação**. Volume III, Editora Fina Estampa, 1976.